

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/11/2013 a 30/11/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Ignorar sustentabilidade é um erro econômico, diz ex-vice-ministro alemão. Marcelo Leite – Folha de São Paulo, Mercado. 02/11/2013	3
Com controle de desmate, Brasil pode alcançar meta de emissão. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 07/11/2013	7
Miguel Altieri: Precisamos de agricultura com estratégias de adaptação para mudanças climáticas. Eduardo Sá – Site da Agência Carta Maior. 10/12/2013	9
Ecologia e ideologia. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 12/11/2013..	12
Comprometimento do governo chinês com meio ambiente é recebido com descrença. Jamal Anderlini – Folha de São Paulo, Mercado. 14/11/2013	14
Intercâmbio discute o uso e o ordenamento do territorial de países latino-americanos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/11/2013 ...	19
CNA defende mudanças no processo de criação das unidades de conservação – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 20/11/2013	21
União e Estados da Amazônia legal definem ações antidesmatamento. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/11/2013	22
Brasil Agroecológico busca recomposição ambiental na Amazônia. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2013	23
Congresso abre espaço para venda de produtos orgânicos. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/11/2013.....	24
Experiências em diversidade produtiva são expostas em Congresso de Agroecologia. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/11/2013	26
Extrativistas debatem desenvolvimento sustentável no Pará. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/11/2013.....	27
Passivo ambiental é maior problema a ser resolvido na Mata Atlântica. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/11/2013	28
Ministros lançam pacote de medidas para comunidades extrativistas – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/11/2013.....	29
Ministra discute parceria com MP do Pará contra desmatamento. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/11/2013	29
José Elí da Veiga: Especulação imobiliária rural e a nova lei florestal – Site do MST. 29/11/2013	30

**Ignorar sustentabilidade é um erro econômico, diz ex-vice-ministro alemão.
Marcelo Leite – Folha de São Paulo, Mercado. 02/11/2013**

Um economista que chega a vice-ministro de Finanças de uma potência do porte da Alemanha, como Caio Koch-Weser, não tem tempo para platitudes sobre o aquecimento global.

São os números que interessam, e eles não faltaram na palestra sobre mudança climática e desenvolvimento sustentável que o brasileiro de Rolândia (PR) deu no último dia 18 no Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Eram tantas as cifras que os ouvintes mal conseguiam anotar. Um entre muitos: superam meio trilhão de dólares os subsídios anuais concedidos no mundo para os combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) que agravam o efeito estufa.

É a melhor resposta para quem acha que as energias alternativas são caras e só sobrevivem com subsídios.

Koch-Weser acha que é hora de atribuir um preço ao carbono --ou seja, ao dióxido de carbono (CO²) emitido na queima desses combustíveis-- e dar ao mercado os sinais corretos, sem escamotear o que os economistas chamam de externalidades (efeitos colaterais, como o aquecimento global).

"Quero que o mercado funcione, com os incentivos e preços corretos", diz o vice-presidente do Deutsche Bank. "Precisamos da iniciativa e das inovações de empresas, o que só se obtém numa economia de mercado."

Koch-Weser está preocupado com a entrada de 3 bilhões de pessoas na classe média mundial, nos próximos 25 anos, porque não haverá terra e outros recursos naturais para garantir-lhes padrões de consumo --energia, gasolina, carne-- comparáveis aos dos americanos.

Para ele, o Brasil ocupa situação privilegiada, mas acha que virá antes da China a liderança tecnológica para o mundo desenvolver uma economia de baixo carbono --por força do risco de distúrbios sociais que a poluição já suscita no país asiático.

Leia a seguir trechos da entrevista realizada por telefone na sexta-feira, do Rio de Janeiro, onde Koch-Weser participou da conferência Urban Age, organizada pelo Deutsche Bank e pela London School of Economics.

Folha - Qual é hoje o principal obstáculo para a sustentabilidade da economia mundial e o que podemos e devemos fazer para enfrentá-lo?

Caio Koch-Weser - Há dois gargalos principais. Um é a governança e o outro são os incentivos. Somos um mundo muito multipolar, hoje, mas fracos na governança multilateral, nas Nações Unidas e no G20. No caso dos bens e males públicos globais, como a mudança do clima e outros, não temos os sistemas adequados não só para

debater, mas para tomar decisões e monitorar sua execução. Acredito em alianças e coalizões de países, cidades e companhias com mentalidades semelhantes para liderar e obter avanços.

O outro problema é o dos incentivos. Precisamos de um preço para o carbono, precisamos precificar as externalidades, os efeitos colaterais das políticas na escala global, seja para água, energia ou carbono, que reflita a escassez ou os danos. Precisamos do incentivo --para setores, empresas e domicílios-- do preço do carbono, por meio de um imposto sobre as emissões ou de um sistema "cap-and-trade" [cotas e comercialização de permissões para emitir].

O sr. tem uma bem-sucedida carreira em finanças e desenvolvimento e hoje preside a Fundação Europeia do Clima. Ela tem em vista uma economia de baixo carbono, meta que em alguns setores e países é vista como uma ameaça à liberdade empresarial. A agenda da mudança climática é uma agenda anticapitalista?

De modo algum. Quero que o mercado funcione, com os incentivos e preços corretos. Precisamos da iniciativa e das inovações de empresas, o que só se obtém numa economia de mercado.

A Fundação Europeia do Clima é hoje a fundação mais importante da Europa com o objetivo claro e definido de reduzir as emissões de CO₂, por meio de consultoria de políticas públicas, campanhas e aconselhamento de empresas e uma equipe competente de cerca de 70 especialistas. Seu aspecto inovador é ser financiada por várias outras fundações de fomento, do mundo todo, inclusive americanas.

Só para dar um exemplo, trabalhamos com a Comissão Europeia em cenários e roteiros de energia para 2050, sobre como descarbonizar o setor de eletricidade, como aumentar a eficiência do setor de transportes. Trabalhamos tecnicamente, somos independentes e financiados globalmente.

Acredito firmemente que precisamos do que chamo de coalizões de empresas progressistas, como faz a Unilever com outras companhias para a descarbonização de sua cadeia de suprimentos. Precisamos do mercado. O setor privado diz: dê-me um preço para o carbono que eu dou conta do recado. Mas tem de ser um preço confiável, previsível, que tenha longevidade e credibilidade.

A mudança climática é a única razão para buscar uma economia de baixo carbono, ou há outras razões econômicas e financeiras para isso?

Isso tudo está inter-relacionado. Gosto de falar de um triângulo: terra, ou produção de alimentos; água, disponibilidade e manejo; e energia. Se esse triângulo interdependente for administrado da maneira correta, é claro que terá impacto no clima.

Uma das crises principais será a da água. Basta olhar para o Oeste dos Estados Unidos, a China, a Índia, vários lugares. O Brasil está fora, tem tudo --terra, água e energia. É uma responsabilidade e uma oportunidade.

São 3 bilhões de pessoas que vão entrar na classe média nos próximos 25 anos. Temos de incluir nas políticas de mudança climática não só a redução de CO₂, mas um uso de recursos naturais vastamente mais eficiente. No futuro teremos de medir a produtividade também pelo uso eficiente de recursos, como medimos hoje a produtividade do trabalho. Trata-se de um novo paradigma, em que a qualidade será mais importante que o ritmo, a velocidade e a quantidade de crescimento.

Por que um investidor deveria buscar oportunidades em empresas que tenham objetivos de redução de carbono e outras metas ambientais? Buscar o máximo de rentabilidade não é sua primeira responsabilidade?

É uma boa questão. Cada vez mais os conselhos de administração estão pensando no longo prazo, mais até que os governos. As grandes empresas estão pensando em infraestrutura, investimentos em energia e tecnologia que vão além do ciclo eleitoral dos políticos. E, se elas olharem para essas questões de maneira corajosa, vão ter de chegar à conclusão de que correm um risco se não as entenderem direito, seja por causa da escassez de recursos naturais, seja pela poluição, política de clima ou mudança de comportamento. Podem terminar investindo ativos enormes em infraestrutura, por exemplo, com grande intensidade em energia, como o carvão, que não sobreviverá duas décadas.

As empresas precisam pensar politicamente ao administrar os riscos da energia, e não só no curto prazo. Eu sou um otimista: cada vez mais os investidores institucionais, empresas de resseguros, fundos de pensão que têm de pensar no longo termo ao investir seus ativos estão entendendo e exigindo o que se chama de sustentabilidade ambiental, social e de governança [ESG, na abreviação em inglês]. As empresas que se saírem bem vão receber um prêmio no modo como se financiarão.

Não chegamos ainda lá, mas estamos entrando num rumo que pode envolver trilhões em investimentos. Para dar apoio para isso, acredito que precisamos de um sistema integrado de balanços, além do financeiro, que inclua a sustentabilidade. Isso, sim, seria uma grande ajuda, mais do que qualquer acordo entre governos.

Até a crise de 2008/2009, a questão do ambiente global era promovida pela União Europeia, emperrada pelos EUA e aceita com desconfiança por países emergentes, que a encaravam como alavanca para obter mais ajuda para o desenvolvimento. Em que medida se alterou esse equilíbrio, que invariavelmente conduzia a impasses?

A crise financeira e econômica de 2008 nos fez andar para trás. Eram tantas as crises para administrar, na Europa e noutros países, que tornou muito difícil para os políticos e até para o público em geral pensar no longo prazo.

Mas [o assunto] está voltando. E aqui, de novo, a oportunidade é pensar, ao sair da crise, no que serão os futuros vetores e motores do crescimento e da competitividade numa economia de baixo carbono, de enxergar não só os custos da infraestrutura e da tecnologia, mas também as oportunidades.

Esse é o debate entre muitos economistas, entre economistas ortodoxos e os da nova economia. Os grandes nomes estão começando a entender que a teoria e a análise econômicas não favorecem a consideração desses riscos de longo prazo.

A China já entendeu isso e está trabalhando em energias renováveis e novas tecnologias, também como uma oportunidade para exercer liderança tecnológica no futuro.

A frota de veículos na China está alcançando a dos EUA, mas o país tem uma população quatro vezes maior, 1,3 bilhão de pessoas. Tem reservas de carvão para mais de 50 anos e já é o maior poluidor do planeta. É realista esperar que reduza suas emissões de carbono de maneira que faça diferença para o mundo?

Eles simplesmente não têm como evitar isso, no longo prazo. Por simples matemática, se extrapolarmos os números para o futuro, os sistemas urbanos, os níveis de poluição das cidades, que já estão entre os piores do mundo, não serão toleráveis. Além do problema da água, dos recursos naturais e todo o resto.

A liderança na China é muito qualificada, são engenheiros que entendem a ciência, a tecnologia. Você está certo em dizer que a China andou na direção errada. Trabalhei com a China pelo Banco Mundial já no começo dos anos 1980, e a oportunidade de percorrer uma trilha diferente de desenvolvimento, por exemplo no sistema de transportes urbanos, foi perdida.

A questão agora é a demanda popular. A poluição em Pequim e outros lugares, hoje, é tão ruim que já causa distúrbios sociais, por causa dos efeitos imediatos na saúde. Eles estão agudamente cientes disso. E a legislação aprovada em junho tem grande alcance. Eles vão atingir o máximo da produção de carvão mineral, em termos absolutos, antes do previsto, antes de 2020. É algo enorme, será preciso encontrar as fontes alternativas, mas eles identificaram o problema do carvão.

Eu não ficaria surpreso se os chineses avançassem na questão dos carros elétricos para o transporte urbano. Eles têm a capacidade política e administrativa para fazer a coisa certa e adotar medidas corretas na eletrificação. Será interessante ver, no mês que vem, o plano de reformas da nova liderança. Haverá muita ênfase em sustentabilidade, tecnologia, transportes, sistema de energia e cidades. Acho que a capacidade institucional, que tantos outros países não têm, é muito melhor na China.

E eles têm a vantagem de ser uma ditadura. É mais fácil implementar essas medidas do que numa democracia.

Eu diria que eles têm a disciplina e um sistema administrativo que pode tornar a execução muito melhor. Veja os outros países. Eles podem ter as políticas corretas, mas a execução é ruim.

O governo brasileiro reduziu a emissão de carbono ao conter o desmatamento na Amazônia, mas esse era o fruto mais fácil de colher. O modelo de desenvolvimento do país, baseado na indústria automobilística, no petróleo do pré-sal, no uso crescente de

termelétricas e na exportação de commodities agrícolas, não aponta na direção oposta?

Não acho que seja uma questão de preto-ou-branco. Primeiro, a sociedade civil no Brasil, seu governo e o setor privado estão mais conscientes das questões de sustentabilidade. Fiquei encorajado com as discussões que tive aqui, com empresários e outros. No que respeita ao desmatamento, as políticas são boas. Podem ser aperfeiçoadas, mas a verdadeira questão, como em outros países, é a execução. É uma tarefa enorme, num país como o Brasil.

Em segundo lugar, é preciso precaver-se para não andar para trás, por causa do processo político. A Espanha retrocedeu na questão da energia solar. É o pior que se pode fazer para os investidores. Você precisa de certeza, longevidade e previsibilidade das políticas.

O Brasil tem uma oportunidade enorme de combinar crescimento com sustentabilidade. Em grande medida já é sustentável, quando se considera a energia hidrelétrica, o etanol. Com as políticas e os incentivos corretos, e mais capacidade institucional, o Brasil tem mais condições que outros países para fazer essa transição e até liderá-la.

Com controle de desmate, Brasil pode alcançar meta de emissão. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 07/11/2013

SÃO PAULO - O Brasil está no caminho de alcançar o compromisso voluntário de redução de emissões até 2020 ao controlar o desmatamento na Amazônia. A má notícia é que a tendência de todos os outros setores da economia é de crescimento das emissões. O país tem que discutir cenários de redução para depois de 2020, com novas medidas e novas políticas.

Esta é a mensagem principal do sumário executivo do estudo “Mitigação das Mudanças Climáticas”, a última parte do primeiro Relatório de Avaliação Nacional (RAN), produzido por 345 pesquisadores de todo o país reunidos no Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC). O estudo foi lançado nesta quinta-feira no Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Transporte, em Belém, no Pará, e sugere medidas de redução de emissões nos vários setores da economia. Trata-se da parte do relatório que mais traz elementos de debate para políticas públicas.

“As emissões da agropecuária e silvicultura representam mais de um terço do total do Brasil, mantendo-se em uma tendência crescente”, diz o sumário executivo. “No entanto, existem muitas oportunidades de mitigação, destacando-se a recuperação de pastagens e a expansão das florestas comerciais”, indica o estudo.

Grande parte destas emissões são produzidas pelo gado e o manejo de culturas de soja, milho, cana de açúcar e arroz, que ocupam mais de 70% da área de cultivo nacional. De

1990 a 2005, as emissões do setor aumentaram 37%, fruto do crescimento dos rebanhos, da área plantada e do uso excessivo de fertilizantes, diz o estudo.

O relatório avaliou o cenário para 2020, da agropecuária, com a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens, aumento do plantio direto de lavouras em 8 milhões de hectares, expansão do plantio de florestas em 3 milhões de hectares, eliminação da queima na colheita da cana, o uso de aditivos na dieta do gado, o tratamento de dejetos dos suínos e a redução do uso de nitrogênio. Os resultados das pesquisas estimaram que com essas medidas é possível diminuir a emissão de gases-estufa entre 163,3 e 248,5 Mt CO₂eq em 2020.

“Ainda há tempo para agir”, diz Suzana Kahn Ribeiro, presidente do comitê científico do PMBC. “Basta redirecionar um pouco os investimentos, ter esta preocupação em mente”, diz ela. “Para reduzir o carbono da economia é preciso mecanismos de incentivos e tributação, e ter este olhar nos investimentos.”

No setor industrial é preciso incentivar ações de eficiência energética, substituição de combustíveis fósseis por biomassa e solar, além de outras fontes menos emissoras. Recomendam-se, também, adotar processos industriais que sejam menos intensivos no uso de energia. A indústria responde por cerca de 38% do consumo de energia no Brasil. “Estima-se que o potencial técnico de abatimento destas emissões até 2030 seja superior a 1,5 bilhão de toneladas acumuladas, o que corresponde a quase 5 vezes as emissões totais da indústria em 2005.”

Isso, diz o estudo, desde que novas políticas incentivem o uso de tecnologias menos emissoras, a adoção de processos mais eficientes nas expansões industriais e de tecnologias mais modernas. Também é preciso estimular mais reciclagem e uso eficiente de materiais.

“O Brasil está abandonando todo o nicho de energia solar, mesmo para aquecimento de água, que é barato”, diz Suzana Kahn. “Ficamos confortáveis por causa da energia hidrelétrica e isso nos deixou preguiçosos, como se não precisássemos mais lutar para competir. Com carvão estamos indo na direção contrária da tendência do século 21. É preciso corrigir este rumo e entrar na trilha da economia verde ampliando a oferta de renováveis”.

Ela lembra que o Brasil tem uma das maiores reservas de silício mas não o beneficia em grau suficiente para que seja utilizado na fabricação de placas de energia solar, apenas para uso metalúrgico. “Quando se começa a investir em novas tecnologias, movimentam-se toda a cadeia e geram-se empregos. Ou se começa a importar tudo.”

“O Brasil tem um potencial gigantesco para geração de energia baseada em fontes renováveis, entretanto, no horizonte até 2021, as emissões do setor de energia devem saltar de 30 milhões de toneladas de CO₂ equivalente (medida que iguala todos os gases do efeito estufa ao potencial de aquecimento do dióxido de carbono) , em 2011, para 69

Mt CO₂ eq”, diz o estudo. “A energia solar, apesar de ainda ser aplicável em alguns nichos, tem um potencial ilimitado.”

O transporte rodoviário poderá, em 2020, emitir 60% a mais que em 2009, alcançando 270 milhões de toneladas de CO₂. “O Brasil apresenta potencial de mitigação das emissões de CO₂ no transporte principalmente por ter sua matriz de transportes desequilibrada, e com ênfase no modo rodoviário, tanto para cargas quanto para passageiros. Existe também a possibilidade de melhoria na qualidade dos combustíveis e/ou utilização de biocombustíveis de diferentes fontes”, diz o estudo.

“Estamos na contramão”, diz Suzana Kahn. “O Brasil é enorme, continental e carrega tudo por caminhão o que é ineficiente tanto pelo aspecto energético como ambiental. É tudo baseado em diesel”. Continua: “Um país tão grande deveria ter uma malha ferroviária muito melhor, usar a costa para cabotagem. E mais metrô nas cidades”. O estudo também aponta como o etanol, muito menos poluente, tem dificuldades em competir com gasolina subsidiada.

Não é só na oferta de energia e mudança de rota de alguns investimentos e políticas públicas que o Brasil deveria fazer ajustes, aponta o relatório, se quiser reduzir emissões. “Há outro aspecto importante, ainda difícil de mensurar, que é atuar também pelo lado da demanda”, diz a presidente do PBMC. “Temos que ter oferta de energia mais limpa, mas a questão do padrão de consumo é muito importante ou ficaremos enxugando gelo”, continua. “Acaba havendo desperdício. É preciso atuar em uma gestão mais eficiente do uso de energia, dos recursos naturais, da água, e também do consumo e do comportamento. Ou vai ser muito difícil continuar atendendo esta demanda crescente de energia.”

Ela lembra o exemplo japonês, que no inverno e no verão diminuiu, por lei, a diferença de temperatura interna e externa nos prédios públicos. “O ambiente fica em uma temperatura confortável e esta diferença significa um gasto de energia monumental. Há medidas simples que podem ser eficientes e evitar o desperdício”, diz Suzana Kahn.

Miguel Altieri: Precisamos de agricultura com estratégias de adaptação para mudanças climáticas. Eduardo Sá – Site da Agência Carta Maior. 10/12/2013

Referência no pensamento agroecológico na América Latina, o pesquisador chileno Miguel Altieri fala sobre os avanços da agroecologia na região.

Referência no pensamento agroecológico na América Latina, o pesquisador chileno Miguel Altieri, da Universidade de Berkeley/Califórnia e ex-presidente da Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (Socla), fala sobre os avanços da agroecologia na região. Autor de vários livros sobre o tema, Altieri defende mudanças no sistema agroalimentar para reduzir os impactos na saúde humana e no meio ambiente. O professor também se preocupa muito com a adaptação dos modelos agrônômicos para resistir às mudanças climáticas no futuro.

Altieri conversou conosco durante o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Porto Alegre entre os dias 25 e 28 de novembro. Mais de quatro mil pessoas passaram pelo evento, fato que reforça suas observações em relação ao crescimento da agroecologia no Brasil. Ele foi um dos palestrantes durante as atividades e lançou dois novos livros em co-autoria com sua esposa, Clara Nicholls: *Agroecologia e mudanças climáticas* e *Desenhos agroecológicos*, que trazem elementos para reflexão com experiências em diversos países na América Latina.

A questão do agrotóxico é a mais grave no contexto da produção agrônômica moderna?

O problema principal é esse modelo de agricultura industrial, de monocultura em grande extensão acompanhada do pacote de agrotóxicos e que tem um impacto ecológico muito grande. É um sistema muito vulnerável às mudanças climáticas, porque não tem diversidade e mecanismos de resiliência. Então, colocar a alimentação do mundo nas mãos desse modelo, que também impacta o meio ambiente, é muito perigoso para a humanidade. Precisamos ter uma alternativa, uma proposta agroecológica que não se limite a agricultura camponesa.

Defendemos que possa ser aplicada também na grande propriedade.

A agroecologia toma diversas formas tecnológicas de acordo com a escala, então é claro que os camponeses e a agricultura familiar podem apoiar porque são os responsáveis por manter a biodiversidade, as sementes crioulas e os conhecimentos tradicionais. Tem assentamentos que já não são latifúndios, mas estão nas mãos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), movimentos sociais ou setores informais. Esse é o caso da Venezuela, então você tem que fazer uma proposta agroecológica de larga escala. Não podemos pensar que todos aqueles que têm terras de mais de 200 hectares são latifundiários malditos, há muita gente boa com propriedades de 300 hectares que quer fazer uma conversão para a agroecologia.

A agroecologia é uma série de princípios que tomam formas tecnológicas diversas e dependem do contexto. Nos sistemas agrícolas de pequena escala, por exemplo, é muito fácil fazer porque estão perto da lógica da diversidade e da reciclagem. Já na grande escala é mais difícil, mas não é impossível: você pode trabalhar com corredores biológicos que cortam a monocultura, realizar sistemas agroflorestais de larga escala, sistemas de policultivos intercalados em faixas, etc. Então a agroecologia é o único modelo viável para o futuro que se pode aplicar em larga escala, porque oferece um modelo que não depende do petróleo e diversifica as propriedades com todas as suas bondades ecológicas, além de propor uma agricultura resiliente à mudança climática.

No meu mais recente livro, que trabalhei com a Socla e uma rede de pesquisas, tem toda uma metodologia e sistema que desenvolvemos para casos de eventos climáticos que afetam os agricultores. Alguns deles são menos afetados, enquanto outros mais e outros pouco. Como o caso de três furacões em 2008 em Cuba, onde alguns agricultores

suportaram. Então queremos estudar quais são os mecanismos de resiliência sócio-ecológica, como os agricultores resistem e se recuperam. Precisamos de uma agricultura com estratégias de adaptação para as mudanças climáticas e o futuro. Isso reflete todas as questões das organizações sociais, as políticas agrárias e tudo mais, mas é muito mais importante como se desenham os agroecossistemas para que se adaptem às mudanças climáticas.

Não é preciso somente o manejo de solo e água, mas também manejos agrônômicos da biodiversidade no tempo e espaço. É preciso uma resposta técnica muito forte para isso.

Em termos de América Latina, quais são os dados no sentido das proposições? No que temos avançado nesse campo?

Cuba é o país com a proposta mais concreta, sólida e técnica na América Latina, mas isso foi por uma necessidade: a importação de agrotóxicos e petróleo, então teve de voltar-se para uma agricultura orgânica de substituição de insumos e depois uma agricultura com base agroecológica. Porque foram criando os sistemas de diversidades, essa é a última fase da transição tecnológica. Você passa primeiro pelo manejo integrando pragas, depois a agricultura orgânica com a substituição de insumos, que são orgânicos mas com monoculturas de produtores orgânicos e botânicos, e na última etapa você cria os desenhos agroecológicos com diversidade para promover as interações ecológicas necessárias para determinada proporção, etc .

E no Brasil, há um processo de crescimento da agroecologia nesse contexto?

No Brasil há propostas tecnológicas isoladas de diferentes escalas. Conheço sistemas agroecológicos de grande escala, como o Ecocitrus aqui perto do Rio Grande Sul, que produz frutos cítricos. Em São Paulo tem uma propriedade de 1.600 hectares de sistemas canaviais, pastoris, agroflorestais, etc. Existem propostas de agroecologia em pequena escala, projetos de muito tempo com ONG's como a AS-PTA, e com camponeses em alguns assentamentos interessantes. Na questão técnica no Brasil, existem experiências mas isoladas e não servidas pelo que chamamos de faros agroecológicos. Esses pontos de interação precisam ser sistematizados, explicando por que aquelas experiências e princípios funcionam para incorporá-los em nossa proposta.

Creio que o Brasil está muito mais avançado que o resto da América Latina em tudo relacionado aos mercados alternativos, como a Rede Ecovida, que é um ponto de referência latinoamericano. E nas políticas, apesar de as pessoas daqui afirmarem que não são suficientes, é o único país que tem uma lei nacional de agroecologia no mundo. Isso é muito importante, porque é uma plataforma chave para aumentar a escala da agroecologia. O Brasil está muito avançado, tem uma grande diversidade de agricultura, permacultura, homeopatia, agroflorestas, etc.

Mas há uma confusão porque muitos pensam que isso é agroecologia, só que você pode fazer uma monocultura orgânica que não tem base agroecológica. Então a agroecologia não é somente um sistema de produção, é uma ciência com uma série de princípios

aplicados de uma forma tecnológica que fomenta processos ecológicos.

Quais as virtudes do modelo agroecológico e seus impactos mais positivos na vida prática?

A agroecologia tem crescido, tem uma teoria unida com a prática e os movimentos sociais que criou um nível de consciência sobre a necessidade de mudar o sistema alimentar. É o primeiro impacto do ponto de vista político, da consciência planetária da necessidade de mudanças e não somente no discurso vazio já que oferece uma alternativa. O segundo impacto é que a agroecologia tem influenciado a pesquisa científica nas universidades e centros de pesquisas, existem mudanças fundamentais nesse sentido e isso é muito positivo. O terceiro e mais importante é que agroecologia está agora nas mãos dos movimentos sociais, a Via Campesina, o MST e todos da agroecologia, como uma proposta concreta, técnica, científico-metodológica para apoiar a soberania alimentar. Na medida em que vai crescendo, você verá mudanças na saúde humana e meio ambiente. Mas você também pode ver experiências locais, onde se aplica a agroecologia de forma concreta em comunidades, e perceber efeitos positivos sobre a saúde humana, a qualidade alimentar, ambiental e uma série de parâmetros sociais, ambientais e econômicos.

Em nível local já se pode medir esses indicadores e notar claramente esses impactos.

Ecologia e ideologia. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 12/11/2013

Importante tendência ideológica anda se esforçando para dominar o ambientalismo brasileiro. Sua mais recente tacada se materializou com o lançamento, pelo governo federal, do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Verdadeiro anticapitalismo no campo.

Recheado de boas intenções, tal plano configura uma espécie de socioesquerdismo esverdeado. Não é fácil defini-lo. Sua articulação política envolve os chamados "povos oprimidos", em que se misturam índios, quilombolas, quebradoras de coco, comunidades ribeirinhas, pescadores artesanais, grupos em geral alinhados com o ideário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na contramão da História, eles propugnam uma "via camponesa" em contraposição ao agronegócio empresarial.

Naquela conferência mundial sobre sustentabilidade promovida em 2012 pela ONU no Brasil (Rio+20) já se podia perceber a força desse movimento, que, mais amplamente, pretende falar pelos "excluídos" da sociedade contemporânea. Lideranças de várias organizações não governamentais (ONGs) lutaram para derrubar o enunciado oficial sobre a "economia verde", argumentando que pouco lhes interessava esverdear o capitalismo. Defendiam uma sociedade pós-capitalista.

Embora sem jamais explicar ao certo como funcionaria esse mundo alternativo, obtiveram sucesso ao emperrar as negociações da diplomacia internacional. Dezenas de causas, as mais inesperadas, progressivamente postas nas mesas de discussão, embaralharam os debates sobre a agenda do desenvolvimento sustentável. Resultado: tudo se confundiu e nada se decidiu na Conferência Rio+20.

Nessa época, circulava um documento da Articulação Nacional de Agroecologia propondo criar no Brasil uma política distinta para o desenvolvimento rural brasileiro. O texto expressava posição contrária aos empresários do campo e, até mesmo, criticava as políticas de apoio à agricultura familiar, acusando-as de induzirem à vinculação dos pequenos produtores aos setores do agronegócio. Algo como se fosse proibido progredir na roça.

Zander Navarro já apontou, em artigo publicado aqui, no *Estado* (Fadas, duendes e agricultura, 30/10), a fraqueza teórica e prática desse suposto "modelo agroecológico" de produção campesina. Seus formuladores vivem da retórica, não comprovam viabilidade prática. Existem, sim, casos interessantes de agricultura alternativa. Mas seguem restritos, funcionam isolados, com baixa produtividade, incapazes de gerar excedentes alimentares para abastecer a massa da população.

Há meio século, início do movimento ambientalista, alguns marxistas franceses tencionaram fazer da luta ecológica uma frente de batalha contra o capitalismo. A pregação não vingou plenamente. Uma das razões estava no fato de que os então países comunistas, União Soviética à frente, igualmente depredavam os recursos naturais do planeta. Nesse contexto se formaram inusitados partidos políticos na Europa: nem esquerda nem direita, mas verdes.

Bem antes disso, na agricultura mundial haviam surgido algumas tendências se contrapondo às tecnologias intensivas, principalmente contestando a quimificação. Primeiro nasceu a linha dos alimentos orgânicos, a partir das observações de sir Albert Howard, no começo do século 20, acerca dos métodos indianos de produção rural. Seu princípio básico, um dogma, estabelece que a sanidade das plantas depende do húmus existente no solo.

Outras vertentes se seguiram, cada qual liderada por renomados estudiosos. A biodinâmica iniciou-se na década de 1920, baseada nos princípios filosóficos do humanista alemão Rudolf Steiner, fundador da antroposofia. A agricultura biológica, por sua vez, surgiu entre a França e a Suíça, a partir dos trabalhos de Francis Dhaboussou, voltados para o controle natural de pragas e doenças. Mais recente, a permacultura, encabeçada na Austrália por Bill Mollison, baseia-se nas técnicas indígenas, que intercalam cultivos temporários com plantios florestais.

De todas essas correntes, a que mais se avolumou foi a orgânica, destacando-se principalmente na Europa. Há uma explicação técnica. Acontece que nos países temperados o frio intenso limita a população dos patógenos que atacam as lavouras, facilitando a produção. Nas calorentas e úmidas regiões tropicais, porém, sem neve a

hibernar a terra, a enorme proliferação das pragas e doenças torna tudo mais complexo na produção rural. Mesmo assim, no Brasil e na Argentina existem bons produtores orgânicos.

Obrigatoriamente certificada, para comprovar que segue um rigoroso protocolo, a produção orgânica nada guarda de ideologia. Seu intuito é comercial, atendendo aos nichos de mercado constituídos por consumidores mais exigentes e mais ricos, capazes de pagar seu elevado preço. Essa característica advém dos modestos níveis de produtividade com que opera, resultado das tecnologias brandas que utiliza. Por essa razão, fora das quimeras, ninguém imagina que o cultivo orgânico seja capaz de alimentar a humanidade. Não no horizonte atual.

Nisso derrapa o Planapo da presidente Dilma Rousseff. Seus propósitos, positivos no estímulo de formas mais amigáveis de produção no campo, se diluem em seu recheio ideológico, condenando-o ao fracasso. Agora, perigosa mesmo é uma mamata escondida em suas ações. Nele existe uma fabulosa quantia, de R\$ 100 milhões, destinada até 2015 ao "fortalecimento de redes de agroecologia, de agroextrativismo e de produção orgânica". Sabe-se lá o que significam essas "redes". Cheira a dinheiro público a ser liberado via convênios para entidades, algumas meio fantasmas, criadas para viverem à custa do erário.

Velha esperteza disfarçada na causa ecológica.

Comprometimento do governo chinês com meio ambiente é recebido com descrença. Jamal Anderlini – Folha de São Paulo, Mercado. 14/11/2013

Para aqueles que já tiveram de suportar a tóxica poluição do norte da China, muitas vezes é surpresa descobrir que as leis ambientais e a regulamentação de emissões de poluentes do país estão entre as mais severas do planeta.

Ao longo dos 10 últimos anos, os líderes chineses vêm insistindo em que limpar o meio ambiente devastado por décadas de crescimento sujo e movido a pesado consumo de energia é uma de suas prioridades dominantes.

Mas a cada ano a poluição se adensa e a destruição ecológica continua, e as autoridades em todos os níveis ignoram as leis e regulamentos ambientais, em suas jurisdições, em benefício do rápido crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Melhorar o meio ambiente foi uma das muitas reformas anunciadas na noite de terça-feira, quando quase 400 dos mais poderosos dirigentes do Partido Comunista, que domina a China, encerraram uma das mais importantes reuniões em seu calendário político.

A promessa, expressa na linguagem empolada que caracteriza o partido, dificilmente inspirará confiança entre as pessoas que sofrem os efeitos da poluição nas grandes cidades chinesas.

"Para construir uma civilização ecológica devemos estabelecer uma civilização, instituições e sistemas ecológicos sistemáticos e integrados, e usar as instituições para proteger a ecologia e o meio ambiente", afirmava a declaração divulgada no final da terceira sessão do 18º Comitê Central do Partido Comunista chinês.

A despeito do uso de linguagem mais forte quanto à reforma da propriedade de terras e quanto às forças de mercado, os pronunciamentos do presidente Xi Jinping e de seus camaradas ao final da reunião foram recebidos por muita gente no sistema chinês com um cinismo que seria impensável alguns anos atrás.

"Essas reformas são como pequenos consertos em uma estrada muito velha", diz Zhang Ming, professor de política na Universidade Renmin, em Pequim. "Para resumir, elas envolvem apenas pequenos ajustes no nível administrativo, mas eles são bastante insignificantes e difíceis de sustentar".

O resultado mais notável da reunião não foi qualquer política ou reforma, mas a criação de duas entidades administrativas que concentram o poder sobre a economia e os poderosos serviços de segurança diretamente nas mãos de Xi.

Os dois poderosos novos conselhos são um reconhecimento implícito, pela liderança, de que o atual sistema chinês de governança já não é capaz de implementar medidas políticas ditadas de cima para baixo, na segunda maior economia mundial.

Em particular, o estabelecimento de um conselho de segurança nacional lembra uma decisão semelhante pelo imperador Yongzheng, da dinastia Qing, que criou um "escritório de segredos militares" (posteriormente conhecido em inglês como "grande conselho"), no século 18, a fim de reduzir a burocracia e impor suas políticas de forma mais direta.

"Tende a existir a impressão, fora da China, de que o país tem um sistema autoritário enxuto, e que todo mundo obedece imediatamente aos comandos da liderança, mas essa é uma visão bem pouco realista de como o país funciona", diz Kenneth Lieberthal, ex-diretor sênior para questões asiáticas do Conselho de Segurança Nacional norte-americano. "A realidade é que, sim, todo mundo obedece, mas não exatamente como a direção desejaria. O sistema ocasionalmente funciona de forma muito disciplinada e centralizada, mas isso é raro".

A contradição entre a excelente legislação ambiental do país e seus terríveis problemas de poluição oferece um claro exemplo.

Na semana passada, o conselho de Estado, o equivalente chinês de um gabinete, e o presidente Xi reiteraram, separadamente, seu compromisso de reduzir o excedente de capacidade de ampla gama de setores, da siderurgia ao cimento. Os líderes chineses vêm tentando reduzir a capacidade excedente desses setores desde 2004, mas eles continuaram a se expandir rapidamente, e em certos casos triplicaram sua capacidade de lá para cá.

O mesmo vale para a disparada nos preços dos imóveis. O governo vem tentando contê-la pelo menos desde 2007, mas o ritmo de aumento em lugar disso se intensificou.

Muitos dos objetivos mencionados ao final da reunião da terça-feira eram parte da agenda do governo há muitos anos, e foram incluídos no 11º 12º planos quinquenais chineses, publicados respectivamente em 2006 e 2011.

Reduzir a dependência da economia quanto ao investimento e avançar em direção a um modelo mais orientado a serviços, propellido pela inovação e baseado no consumo é uma meta central do governo há oito anos.

O crescimento do país continua a cair com relação ao ritmo de dois dígitos registrado nas três últimas décadas, e existe crescente pressão internacional sobre Pequim pelo reequilíbrio da economia chinesa, reduzindo a dependência quanto às exportações e o investimento, contendo o crescimento do crédito e liberalizando os serviços financeiros. Reformas cujo objetivo seria promover uma redistribuição de renda estão em discussão desde 2004, mas, depois de três décadas de políticas econômicas de mercado, a China, nominalmente comunista, continua a ser uma das mais desiguais sociedades do planeta.

A despeito de muita falação este ano sobre os planos de reforma do sistema fiscal e para reduzir a estrondosa disparidade de renda do país, nada de concreto aconteceu. "Se você avaliar as metas amplas que o governo incluiu no 12º plano quinquenal, verá muita repetição ante as metas do 11º plano", diz Lieberthal. "Isso acontece porque muitos dos objetivos do 11º plano, como elevar o papel do consumo domiciliar, reduzir a desigualdade, melhorar a eficiência macroeconômica, e melhorar a eficiência energética, viram movimento na direção oposta à desejada".

Nos círculos da política chinesa, o governo do presidente Hu Jintao, entre 2002 e 2012, é hoje visto como uma "década perdida", devido à notável desconexão entre as metas políticas do Estado e os resultados concretos.

Ao estabelecer seu novo "grande conselho", Xi está tentando encontrar atalhos em um sistema que foi corroído por incentivos distorcidos e por corrupção descontrolada. Para começar, as diretrizes políticas das autoridades centrais em Pequim são deliberadamente vagas, a fim de oferecer o máximo possível de autonomia aos funcionários que operam em economias locais, as quais vivem estágios de desenvolvimento muito diferentes.

"Cruzar o rio descobrindo onde estão as pedras" - ou seja, enfatizar o gradualismo e a experimentação política cautelosa - é a filosofia de governo muito bem sucedida que Deng Xiaoping adotou para colocar a China no caminho das reformas de mercado, ao final dos anos 70.

Com isso, Pequim estabelece um direcionamento geral e deixa aos escalões inferiores da burocracia a liberdade de experimentar e improvisar, de forma a permitir que uma política faça o mesmo sentido tanto em Xangai quanto na província de Hunan, uma área rural.

Dado o número imenso de diretrizes políticas que fluem das autoridades centrais, as autoridades locais se veem forçadas a definir prioridades.

Inevitavelmente, elas cuidarão primeiro das políticas que não acarretam risco de prejudicar suas carreiras ou que possam oferecer as mais lucrativas oportunidades a elas e seus familiares.

O governo pode dizer às autoridades regionais que deseja mais inovação, mais consumo e menos investimento, mas em suas avaliações anuais dos quadros locais do partido, 70% dos pontos são concedidos por elevar a produção e evitar inquietação ou escândalos embaraçosos nas jurisdições locais.

Poucos pontos são conferidos pela realização de objetivos prioritários do governo como a limpeza do meio ambiente, em parte também porque é difícil medir o sucesso desse tipo de iniciativa.

"A menos que vejamos uma mudança na maneira pela qual as autoridades são avaliadas para promoção, jamais teremos reformas sérias", diz Guo Weiqing, professor da Universidade Sun yat-sen. "Mas a liderança deixa claro que o crescimento rápido do PIB continua a ser prioridade, e isso me torna bastante pessimista".

O foco míope em crescimento do PIB ajuda a alimentar o investimento excessivo em todo o país, e também se alinha perfeitamente com os interesses corruptos de muitas autoridades.

Ao construir uma grande represa, estrada ou conjunto habitacional, um dirigente local pode criar empregos e ao mesmo tempo ganhar acesso a um grande pote de dinheiro que ele pode apropriar para uso próprio ou distribuir a amigos e familiares.

Um exemplo desse fenômeno surgiu quase uma década atrás, quando o governo central ordenou que centenas de grandes cidades construíssem instalações de tratamento de água a fim de enfrentar o crescimento problema de infiltração de esgotos não tratados nas vias aquáticas do país.

Quando o programa foi concluído e os inspetores do governo foram enviados de Pequim para avaliar as instalações, constataram que virtualmente todas haviam sido construídas no prazo e respeitavam as especificações estabelecidas. Mas um ano depois de prontas, apenas metade das unidades haviam sido acionadas.

"Vi fotos de canos de esgoto levando a uma usina de tratamento, e depois contornando-a e despejando os eflúvios diretamente em um rio", diz Lieberthal. "Construir a usina propiciou grande lucro às autoridades locais, mas colocá-la em funcionamento faria dela uma fonte de despesas. Exemplos como esse são encontrados vezes sem conta em toda a China".

Porque continua a ser um Estado autoritário e de partido único, a China e seus líderes ainda conseguem colocar imensos recursos em ação e impor disciplina severa quando

isso é absolutamente necessário, mas fazê-lo reduz o capital político essencial do sistema.

O surto de síndrome respiratória aguda grave (SRAG), em 2003, oferece um claro exemplo do poder do sistema chinês, depois que Pequim decidiu que já não podia continuar encobrindo a potencial pandemia. Virtualmente todo o país foi mobilizado para conter a doença. Dentro de poucos meses, a meta foi atingida.

Excetuadas emergências nacionais, as autoridades locais sabem que existem apenas algumas poucas áreas facilmente mensuráveis de desempenho, além de um crescimento estelar do PIB, que desfrutam de amplo apoio entre os principais líderes do partido, e que é quanto a elas que a carreira de um líder provincial pode ser feita ou destruída.

A primeira é a "manutenção da estabilidade" - ou seja, sufocar rebeliões incipientes dos camponeses ou trabalhadores. Isso em geral é realizado por meio de uma combinação entre boa governança e um conjunto abrangente e rigoroso de serviços de segurança e vigilância.

A outra prioridade clara é a "política do um filho por casal", que é imposta com severidade ainda que seja altamente impopular e que possa se tornar a causa de um desastre econômico e demográfico futuro.

Excetuadas essas prioridades, é difícil identificar questões que sejam facilmente mensuráveis em base anual, com clara responsabilidade por implementação, e que a liderança tenha definido como terminais para as carreiras das autoridades locais que não as executem como esperado.

As questões prioritárias, coincidentemente, se enquadram com perfeição aos interesses das autoridades locais que dependem do poder, orçamentos, multas e oportunidades de corrupção que a implementação delas cria.

"O maior desafio para o partido é o fato de que todos os seus tradicionais métodos de governo deixaram de ser efetivos. O que eles precisam é de uma reforma de todo o sistema", diz Chen Min, antigo comentarista político de um grande jornal que terminou demitido pela franqueza de suas observações. "O problema é que a atual liderança não tem ideia de como consertar o sistema rapidamente e por isso se veem na situação de ver o fim do sistema caso o reformem ou ver o fim do sistema caso não o reformem".

GOLFE

A proliferação de luxuosas pistas de golfe na China oferece um dos mais notáveis exemplos da desconexão entre as políticas do governo e a maneira pela qual são implementadas, ou, nesse caso, não são. Em 2004, o governo central proibiu a construção de qualquer pista de golfe no país, em um esforço para economizar água, preservar terras aráveis e reduzir o número de agricultores que terminam expulsos de suas terras para permitir empreendimentos imobiliários.

A proibição é renovada regularmente, e em 2011 um funcionário importante do Ministério da Terra e Recursos Naturais declarou ao "Financial Times" que a construção de qualquer pista nova de golfe era completamente ilegal.

No entanto, desde que a proibição foi anunciada, o número de pistas de golfe na China mais que triplicou, de cerca de 170 em 2004 a 650 agora, de acordo com estimativas independentes do principal centro chinês de pesquisa do golfe, em Pequim.

A maioria das pistas construídas recentemente parece ter recorrido a frágeis disfarces para evitar escrutínio, se definindo como "clubes de campo" ou "clubes de saúde e entretenimento", e deixando a palavra "golfe" de fora nas placas que os identificam. O verdadeiro motivo para que essa violação das normas do governo persista é que os clubes são muitas vezes controlados e frequentados por funcionários dos governos locais chineses, ou por seus parentes e amigos.

Alguns governos locais chegam a usar fundos de Estado reservados à proteção ambiental, parques públicos ou cinturões ecológicos para construir pistas de golfe, ainda que elas desperdicem imenso volume de água, um bem precioso no país que sofre a maior escassez de água do planeta.

O golfe era completamente proibido na China até 1984, por ser um "esporte de ricos", mas retornou com força nas duas últimas décadas, especialmente como atividade que oferece contato social e oportunidades de negócios a autoridades locais e poderosos empresários.

Intercâmbio discute o uso e o ordenamento do territorial de países latino-americanos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/11/2013

A regulação do uso da terra e o ordenamento territorial como instrumentos para o desenvolvimento rural com inclusão social e sustentabilidade. Estes foram os principais temas debatidos, nesta quinta-feira (14), durante o II Intercâmbio Internacional de Governança Fundiária, que reúne na capital uruguaia, Montevidéu, representações do Brasil, Uruguai e Argentina.

A representante do Ministério de Planejamento Meio Ambiente da província do Chaco, na Argentina, Mali Serrano, abriu os trabalhos apresentando o plano de desenvolvimento territorial elaborado pela instituição para promover o crescimento econômico, cultural e social das "colônias" de agricultores da província do Chaco.

Na sequência, o secretário de Regularização Fundiária para a Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, apresentou projetos que a Serfal tem desenvolvido na Amazônia Legal - Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Rondônia. Lopes realçou algumas estratégias e ações que o MDA tem trabalhado para modernizar e simplificar a gestão do território, entre elas: a alteração do marco legal de regularização fundiária; a padronização dos

procedimentos cartoriais; e a integração da regularização fundiária e ambiental. "Estamos em um processo de sistematização da gestão fundiária da Amazônia Legal. Temos trabalhado para simplificar os procedimentos e, com isso, acelerar os processos, baratear os custos e regularizar as terras dos agricultores familiares, proporcionando segurança jurídica e condições de desenvolvimento", disse Lopes.

O diretor de Ordenamento Territorial do Ministério da Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente do Uruguai, Manoel Chabalgoity, falou das atividades interministeriais que estão sendo desenvolvidas e que prevêm o uso e o aproveitamento sustentável e democrático dos recursos naturais, promovendo a melhoria na qualidade de vida da população rural. Chabalgoity ponderou o desafio que é construir diretrizes nacionais de ordenamento territorial em meio a conflitos e com estruturas de ocupação arcaicas já consolidadas. "É preciso entender que para tratar com questões conflituosas necessitamos conhecer a história dessa região e como essa estrutura agrícola foi formada. Só dessa forma podemos definir critérios e políticas que vão promover o desenvolvimento social, econômico e cultural dessas colônias."

O conjunto de leis que balizam o trabalho de cadastro de imóveis rurais no território brasileiro, também foi apresentado no encontro pelo o coordenador de Cadastro Rural do Incra, Evandro Cardoso. "O cadastro é um dos instrumentos que permite ao estado a gestão do território e a verificação do cumprimento da função social e do uso da propriedade. Daí a importância de termos um cadastro nacional rural bem estruturado", apontou Cardoso. Ele ainda destacou o desafio brasileiro na questão da Reforma Agrária. Segundo dados por ele apresentados, só 10% dos imóveis rurais cadastrados são da agricultura familiar, enquanto 47% estão sobre o domínio dos grandes proprietários de terra.

A programação da manhã foi encerrada com a fala do coordenador de Reordenamento Agrário da SRA, Francisco Urbano, que reforçou a importância do cadastro rural. "O cadastro é fundamental para garantir um projeto de desenvolvimento integral e efetivo. "Só reconhecendo as diversidades e as especificidades territoriais poderemos promover o ordenamento e ter, verdadeiramente, uma produção de qualidade e um desenvolvimento mais democrático", disse Urbano.

Para o mediador das mesas, o professor da Universidade de Santa Catarina (UFSC), Ademir Cazella, este é um importante momento para todos os participantes. Ele assinalou que a comparação entre países da América Latina e a troca de experiências técnicas e metodológicas que o evento tem proporcionado auxilia no processo de planejamento de programas e ações de reordenamento territorial e fundiário.

Já a parte da tarde foi dedicada a apresentação dos sistemas de gestão territorial, do Uruguai e do Brasil, ferramentas que proporcionam o cadastro gráfico e literal dos imóveis rurais, formando a malha fundiária do município.

O II Intercâmbio será finalizado nesta sexta-feira (15) com visita técnica a duas "colônias" de agricultores uruguaios, nos municípios de Maldonado e Canelones, cerca de 100 km da capital.

CNA defende mudanças no processo de criação das unidades de conservação – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 20/11/2013

O processo de criação de unidades de conservação (UCs) precisa ser melhorado e contar com a participação daqueles que vivem nestas localidades e serão os mais afetados com a delimitação das áreas, entre os quais os produtores rurais. A avaliação é de Arno Jerke Júnior, coordenador técnico do Instituto CNA, entidade de estudos e pesquisas ligada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Ele participou, na terça-feira (19/11), de audiência pública conjunta na Câmara dos Deputados, realizada pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e Direitos Humanos e Minorias (CDMH). Representantes do governo e do setor produtivo reuniram-se com parlamentares e especialistas no tema para debater a situação das comunidades que vivem em unidades de conservação de proteção integral.

No encontro, o representante da CNA explicou que, de forma geral, produtores rurais são pegos de surpresa com a transformação de suas propriedades rurais em UCs. Outro problema é que algumas UCs, criadas há mais de 70 anos, ainda não foram regularizadas, gerando insegurança jurídica no campo.

“O produtor rural – seja ele pequeno, médio ou grande – dorme proprietário da terra e acorda sem saber o que fazer com um decreto presidencial criando uma unidade de conservação em suas terras”, explicou. Neste caso, a fazenda perde o status de propriedade produtiva, o produtor não recebe indenização e ainda fica sem acesso a financiamentos bancários.

Segundo o coordenador técnico do ICNA, outro problema é que o processo de criação das UCs fere a Constituição e a legislação referente ao tema. Pela lei em vigor desde 1941, a partir da publicação do decreto definindo a criação de uma UC, todo o processo de regulamentação da unidade, incluindo a regularização fundiária e a indenização aos donos das terras, deve ser concluído em cinco anos.

Arno explicou que o levantamento da situação fundiária só é feito após a publicação do decreto, mostrando o descaso com as pessoas que ocupam estes locais há mais de 50 anos. Desta forma, ele defendeu que sejam feitos estudos prévios sobre as comunidades para então definir o processo de criação das UCs.

Hoje, há 1.780 unidades em todo o país, incluindo as federais, estaduais, municipais e particulares, que totalizam 124 milhões de hectares, equivalentes a 14% do território nacional.

A demora na regularização afeta principalmente as UCs federais. Elas somam 313, mas só 121 possuem plano de manejo, que é uma das regras básicas para a criação de uma UC e apenas 44 foram demarcadas. Responsável pela criação das unidades federais, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) tem mais 254 novos pedidos de criação de UCs.

Outro ponto levantado pelo representante da CNA foi a questão orçamentária. Dados apresentados no encontro revelam que, das 313 unidades de conservação federais, apenas 145 receberam recursos que, segundo o ICMBio, totalizam R\$ 222,6 milhões. Deste total, apenas um quarto foi utilizado para alguma finalidade (implementação da UC, regularização fundiária, plano de manejo, infraestrutura e recolhimento de impostos, entre outras).

Também participaram da audiência pública o diretor de Ações Socioambientais do ICMBio, João Arnando Novaes Júnior; o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Brandão Cavalcanti; o secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris; a presidente do Memorial Chico Mendes, Mary Allegretti; a secretária-executiva adjunta do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos; e o superintendente de Políticas Públicas do WWF-Brasil, Jean- François Timmers.

União e Estados da Amazônia legal definem ações antidesmatamento. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/11/2013

“Vamos bater cada vez mais de frente com a cadeia do crime”, afirma a ministra.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reuniu-se, nesta sexta-feira (22/11), com secretários e técnicos dos governos dos Estados da Amazônia Legal para traçar estratégias para conter a supressão ilegal de vegetação na área. No encontro, Izabella e o grupo discutiram a situação de cada Estado e definiram os pontos em que existe a necessidade de mudança na gestão.

A intenção é, entre outras, incentivar um sistema de trabalho que envolva diversas esferas do poder público. “Entre os resultados, há um novo alinhamento com Estados no sentido de integrar cada vez mais esses sistemas que estamos usando na União”, afirmou a ministra. “Os Estados têm independência e podem ter seus sistemas próprios. Mas estamos convencidos de que é preciso informatizar o mais rápido possível e garantir um controle integrado com a União.”

REPIQUE

Os índices de desmatamento, divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) na última semana, também foram apresentados na reunião. Entre agosto de 2012 e julho deste ano, foram desmatados 5.843 km² do bioma, conforme as medições por imagens de satélite do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélites (Prodes),

do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Apesar de representar um aumento de 28% em relação ao período imediatamente anterior, essa foi a segunda menor taxa de desmatamento desde em 1988, quando começaram as aferições.

A grilagem de terras aparece como o grande vilão do aumento dos índices. “Houve um repique e, ainda assim, alcançamos o segundo menor índice da história”, ressaltou a ministra. “Existe uma grande pressão do crime, uma expectativa de que o processo de regularização fundiária acabe legalizando o que foi desmatado. O aumento também é associado à dinâmica de especulação em relação ao avanço da soja”. De stacou que o problema será combatido com ações de fiscalização e aprimoramento de gestão. “Vamos bater cada vez mais de frente com a cadeia do crime”, declarou.

A ministra ressaltou os altos valores de investimentos realizados na região. Segundo ela, os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia para ações no bioma somam R\$ 600 milhões. Entre os programas financiados pelo fundo, R\$ 210 milhões foram contratados somente neste ano. “A política de controle se sofisticou”, afirmou. “Temos espaço para ir mais rápido na redução do desmatamento.”

Ficou acertado que na próxima reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que reúne os secretários estaduais da área, o assunto será novamente discutido. O encontro será no final do mês.

Brasil Agroecológico busca recomposição ambiental na Amazônia. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2013

O maior bioma brasileiro teve voz ativa na construção do Plano Brasil Agroecológico. Ocupante de mais de quatro milhões de quilômetros quadrados do território nacional, a Amazônia será contemplada com iniciativas da política lançada pelo Governo Federal. As ações do Plano respeitam as características socioeconômicas, climáticas e ambientais de cada região e foram criadas para potencializar a produção de orgânicos no País.

O secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Valter Bianchini, afirmou que o plano foi elaborado com a contribuição de agroextrativistas, uma base importante para o bioma amazônico. “Eles produzem agroecologicamente de maneira natural, desde sempre. Queremos o mínimo de ajustes para trazê-los e certificá-los como produtores agroecológicos. Assim, estaremos valorizando quem produz e preserva a biodiversidade brasileira”, explicou.

Bianchini assegura que não faltarão iniciativas no Plano, composto por 125 ações de dez ministérios, em nenhuma área da Amazônia. “Tem regiões que são mais complicadas, além de alguns locais com sistemas muito próximos. Vamos trabalhar ali a recomposição de áreas degradadas, o manejo de solo, uma diversificação maior e a distribuição de sementes crioulas e variedades”, conta.

Apesar de não ter um recorte oficial por biomas, o Brasil Agroecológico tem a intenção de valorizar as culturas regionais. “O conceito de Agroecologia é fazer o desenvolvimento de uma agricultura a partir das condições locais e ambientais. A agroecologia, quando você discute, é a agricultura baseada nas condições ecológicas da região. Essa proximidade do ambiente local é que define o processo de agricultura sustentável”, explicou Bianchini.

O secretário garantiu que o plano é de todos e que as políticas já estão em curso. “Cada bioma, cada diversidade de agricultores vai ter seu espaço no plano. Com essa chamada de Ater, queremos discutir em cada um dos biomas como faremos produção e comercialização respeitando o uso e a conservação dos recursos naturais típicos de cada região”, assegurou.

Estratégia

O Plano vai seguir quatro eixos estratégicos: Produção, Conservação de Recursos Naturais, Conhecimento e Comercialização. Com isso, os agricultores terão facilidade no acesso a políticas públicas, como os R\$ 2,5 bilhões disponibilizados nacionalmente por meio de crédito rural. “O mais importante do crédito é que ele vai permitir processos de transição para agricultura de base ecológica. Ele não é só para quem está consolidado no sistema orgânico” ressalta o secretário.

O Plano tem como principal missão articular políticas e ações de incentivo ao cultivo de alimentos orgânicos e com base agroecológica e representa um marco na agricultura brasileira. O investimento inicial será de R\$ 8,8 bilhões, divididos em três anos.

Desse total, R\$ 7 bilhões serão disponibilizados via crédito agrícola por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Plano Agrícola e Pecuário. O restante será destinado para ações específicas, como qualificação e promoção de assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento e disponibilização de inovações tecnológicas e ampliação do acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Congresso abre espaço para venda de produtos orgânicos. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/11/2013

Além de uma oportunidade para debater agroecologia e produção orgânica, o Congresso Brasileiro de Agroecologia é também um local para que produtores possam expor e vender seus produtos. No maior evento científico de agroecologia do País, tem geleia, doce, suco, frutas, pimentas, pães e vários outros produtos - todos orgânicos.

Gente de todas as partes do Brasil pode conferir de perto a qualidade dos produtos até o final do congresso. A agricultora Ivete Karling, 39 anos, da Cooperativa Agropecuária de Produção e Comércio Vida Natural (Coopernatural), localizada no município gaúcho

Picada Café, trouxe sucos, doces e geleias de diversos sabores, tudo produzido de forma orgânica. Ela avalia a participação no congresso como um intercâmbio de conhecimentos. "A gente tem contato com pessoas de todo o Brasil e também servimos como experiência positiva. Tem muitos jovens no congresso com interesse na agroecologia, mas às vezes eles têm medo de não dar certo e nós estamos dando certo", atenta.

Os produtos da Coopernatural tem o selo da agricultura familiar. Para Ivete a identificação é motivo de orgulho. "A agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos e ser agricultora familiar é de muito gratificante", salienta a filha de agricultores que por anos trabalhou no comércio e resolveu voltar para a agricultura quando teve contato com a Coopernatural.

Em Picada Café, existe apenas cerca de cinco mil habitantes e, segundo Ivete, a agricultura familiar garante renda para população. O município fica a aproximadamente 90 quilômetros de Porto Alegre e a agricultora conta que necessita de um meio de transporte próprio para levar sua produção. Para transportar sua matéria-prima até a agroindústria da cooperativa, Ivete acessou o Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e comprou uma caminhonete em 2011. "As propriedades ficam cerca de dez quilômetros da cooperativa então é necessário investir no transporte. Seria muito mais difícil conseguirmos adquirir o veículo se não fosse essa facilidade das políticas públicas", afirma.

Apesar do mercado em ascensão, Ivete diz que ainda existem dificuldades na comercialização de produtos orgânicos. "A gente sabe que existem consumidores que compram o mais barato ou aquele que busca realmente um produto de qualidade. Alguns sabem que o produto orgânico é de melhor qualidade", observa Ivete. Outra dificuldade que a agricultora sente é a falta de confiança do consumidor. "A maioria das pessoas que vem aqui já conhece o produto, mas ainda tem alguns que não confiam que seja realmente orgânico", completa.

O empreendimento

A Coopernatural existe desde 2004, mas sua história começou em 2001 quando parte dos cooperados se uniu e fez uma associação de produtores orgânicos. "Percebemos um nicho de mercado e queríamos oferecer um produto saudável. As pessoas não tinham mais o que fazer para se manter na agricultura então surgiu a ideia de trabalhar com orgânico", conta Ivete.

Hoje, a cooperativa tem 27 cooperados e duas agroindústrias que produzem vinhos, sucos, compotas e geleias de inúmeros sabores, como: goiaba, pêssego, cereja, figo e carambola. "Com o tempo fomos vendo que só vender in natura era muito limitado e percebemos que poderíamos fazer doces e geleias para comercializar também", explica.

Experiências em diversidade produtiva são expostas em Congresso de Agroecologia. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/11/2013

As experiências nacionais e internacionais ganharam espaço para serem expostas aos participantes do Congresso Brasileiro de Agroecologia, em Porto Alegre, nesta quarta-feira (27). A mesa redonda Diversidade Traduzida em Experiências reuniu quatro palestrantes que, durante a manhã, falaram de seus trabalhos relativos à diversidade produtiva.

A nutricionista da Organização Não Governamental Ação Nascente Maquiné (Anama), Mariana Ramos, mostrou o trabalho feito com frutas nativas da Mata Atlântica. A ONG trabalha com a conversão dos sistemas produtivos tradicionais para o agroecológico. "A gente quer aumentar a produção e a demanda de frutas nativas, mas nos sistemas diversificados", afirmou.

Para contar um pouco sobre a experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), voltado para a agricultura camponesa, Anderson Munarini falou sobre soberania genética de sementes. O movimento iniciou em 1997, no município de Anchieta (SC), onde reúne cerca de 70 famílias camponesas, e hoje está em 17 estados. "Nós iniciamos um trabalho com sementes naturais e crioulas, porém em transição. Estamos dando começo ao trabalho de transição da produção tradicional para a orgânica com essas famílias", ressaltou.

Atualmente, 130 famílias vivem da agrofloresta na Cooperafloresta, é o que afirma o representante da cooperativa, Nelson Neto. A cooperativa comercializa sua produção par o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e trabalha com mais de 250 variedades de frutas. "Conseguimos aumentar a renda monetária das famílias de 0,2 salário mínimo para 1,5 salário mínimo", destacou Nelson. Para ele, o maior resultado das famílias na cooperativa é "o renascimento do espírito de agrofloresta, algo precioso", declarou.

Cooperativa

A Cooperafloresta existe desde 1996 e atua em municípios do Paraná e São Paulo. O agricultor Nelson classifica o trabalho da cooperativa como a agricultura dos que não possuem a terra, mas pertencem a ela. "Para nós, a agrofloresta significa a libertação da ilusão da agricultura capitalista", disse.

O argentino Lucho Lemos explicou como funciona o trabalho do Programa de Agricultura Urbana de Rosário, na Argentina. Lá, eles estão traçando uma forte luta contra os transgênicos e também trabalham com sementes crioulas. "Nas regiões camponesas nossas sementes não estão contaminadas e estamos trabalhando fortemente isso", disse.

Extrativistas debatem desenvolvimento sustentável no Pará. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/11/2013

No arquipélago do Marajó, localizado no estado do Pará, na Região Norte, mais de mil extrativistas são esperados para debater e propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável de quem vive da floresta. O II Chamado dos Povos da Floresta será realizado nos dias 28 e 29 de novembro (quinta e sexta-feira) e contará com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

Segundo o coordenador geral de políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, o evento reúne governo e sociedade na busca da superação de questões que afetam a população extrativista. “Na medida em que se realiza esse encontro, governo e sociedade buscam alternativas e soluções para superar os problemas que afetam os povos da floresta, sejam no que se refere à ampliação dos seus direitos, à legalização dos seus territórios tradicionais, à inclusão social e produtiva, ao acesso a benefícios; sejam na infraestrutura”, explica.

O II Chamado dos Povos da Floresta é promovido pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) entidade que representa o movimento social extrativista da Amazônia e/ou Região Norte e mantém articulação com outros movimentos extrativistas, a exemplo da Comissão Nacional das Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras, Movimento das Quebradeiras de Coco de Babaçu. “O movimento tem discutido as suas demandas e apresentado para o governo, nos âmbitos municipal, estadual e federal, as propostas reivindicando ampliação das políticas públicas. Por outro lado, o governo vem abrindo espaço para se debater as especificidades do extrativismo”, observa Edmilton.

No evento, o ministério lançará o Guia das Políticas do MDA/Incra para Povos e Comunidades Tradicionais. “É uma publicação onde são apresentadas as políticas para os Povos e Comunidades Tradicionais, que podem ser acessadas por quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas”, comenta o coordenador.

Dentre as ações, há o serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater), com mais de 26 mil famílias extrativistas contempladas na Região Norte, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia a produção a juros abaixo da inflação, ou seja, até 4%. De 2004 a 2012 foram aplicados mais de R\$ 6 bilhões em crédito na Região Norte. Atualmente, existem mais de 69 mil Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitidas para extrativistas.

I Chamado dos Povos da Floresta

A primeira edição foi realizada em agosto de 2011. De acordo com Edmilton, nesse encontro “foram firmados alguns acordos como a criação de um grupo de trabalho interministerial que elaboraria o Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo”, observa.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas entidade que representa, politicamente, o movimento social dos extrativistas do Brasil. O conselho foi criado em 1985, no I Encontro Nacional de Seringueiros, realizado em Brasília. A entidade é resultado da articulação política do líder seringueiro Chico Mendes.

Passivo ambiental é maior problema a ser resolvido na Mata Atlântica. João Paulo Biagi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/11/2013

Presente em 17 estados brasileiros, a Mata Atlântica, junto com outros Biomas, foi levada em consideração na construção do Plano Brasil Agroecológico. Lançado pelo Governo Federal para potencializar a produção de orgânicos e a prática agroecológica no País, a política tem como uma de suas principais diretrizes o respeito às características socioeconômicas, climáticas e ambientais de cada região do País.

O Bioma vai receber parte das 125 iniciativas, coordenadas por dez ministérios, do Plano e, segundo o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchini, há um cuidado especial com a preservação e recuperação das reservas florestais e o “cultivo” de água boa. “Queremos trabalhar a produtividade, a renda, os apoios à agricultura orgânica e, conseqüentemente, o retorno de políticas de preservação dos solos e da água, das matas e das reservas ambientais. Aumentar a cobertura florestal na área e principalmente a reserva de águas, aumentando a produção nessas áreas”, esclarece Bianchini.

O secretário caracteriza o Bioma como diverso e afirma que a Mata Atlântica é onde há a maior presença de culturas de hortaliças orgânicas, mas que possui a maior degradação entre os biomas. “Queremos que os agricultores façam o cadastro ambiental e iniciem implantando um programa para resolver um passivo ambiental com incentivo das ações do Brasil Agroecológico”, conta.

Apesar de não ter um recorte oficial por Biomas, o Brasil Agroecológico tem a intenção de valorizar as culturas regionais. “O conceito de Agroecologia é fazer o desenvolvimento de uma agricultura a partir das condições locais e ambientais. A agroecologia, quando você discute, é a agricultura baseada nas condições ecológicas da região. Essa proximidade do ambiente local é que define o processo de agricultura sustentável”, explica Bianchini.

O secretário garante que o plano é de todos e que as políticas estão em curso. “Cada bioma, cada diversidade de agricultores vai ter seu espaço no plano. Com essa chamada de Ater, queremos discutir em cada um dos biomas como faremos produção e comercialização respeitando o uso e a conservação dos recursos naturais típicos de cada região”, assegura.

Estratégia

O Plano vai seguir quatro eixos estratégicos: Produção, Conservação de Recursos

Naturais, Conhecimento e Comercialização. Com isso, os agricultores terão facilidade no acesso a políticas públicas, como os R\$ 2,5 bilhões disponibilizados nacionalmente por meio de crédito rural. “O mais importante do crédito é que ele vai permitir processos de transição para agricultura de base ecológica. Ele não é só para quem está consolidado no sistema orgânico” ressalta o secretário.

O Plano tem como principal missão articular políticas e ações de incentivo ao cultivo de alimentos orgânicos e com base agroecológica e representa um marco na agricultura brasileira. O investimento inicial será de R\$ 8,8 bilhões, divididos em três anos.

Desse total, R\$ 7 bilhões serão disponibilizados via crédito agrícola por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Plano Agrícola e Pecuário. O restante será destinado para ações específicas, como qualificação e promoção de assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento e disponibilização de inovações tecnológicas e ampliação do acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

AVISO DE PAUTA - Ministros lançam pacote de medidas para comunidades extrativistas – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/11/2013

As ministras do Meio Ambiente (MMA), Izabella Teixeira, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello e o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, lançam nesta sexta-feira (29), às 12h, no Assentamento Extrativista Vila do Tonhão (PA), um pacote de medidas para povos e comunidades extrativistas da Região Amazônica.

O lançamento, que ocorre dentro da programação do 2º Chamado dos Povos das Florestas, inclui iniciativas e políticas públicas de fomento às atividades extrativistas na Amazônia, como regularização fundiária, planos de manejo, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), criação de novas Unidades de Conservação (UCs), além de infraestrutura, gestão e educação.

Ministra discute parceria com MP do Pará contra desmatamento. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/11/2013

Procuradores devem colaborar na implantação do Cadastro Ambiental Rural

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, quer fortalecer parceria com o Ministério Público Federal (MPF) no combate o desmatamento, implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e acompanhamento das atividades pecuárias na Amazônia. Ela conversou sobre esses assuntos, na tarde desta quinta-feira (28/11), com o procurador federal do MPF do Pará, Daniel César Azeredo Avelino, que acaba de receber menção honrosa do Prêmio Innovare por firmar um termo de cooperação técnica com a Associação Brasileira de Supermercados (Abas) pela pecuária sustentável no

Brasil.

Izabella Teixeira parabenizou o trabalho do grupo de procuradores federais, capitaneados por Daniel Avelino, pelo prêmio concedido pela Justiça a iniciativas inovadoras na área jurídica. Eles desenvolveram o programa Amazônia Legal, a partir de uma solução construída com diálogo e de forma coletiva, visando o controle da produção pecuária, esclareceu o membro do MPF. A finalidade, segundo ele, é fazer com que os produtos colocados à venda nos supermercados estejam em conformidade com as normas ambientais.

O Prêmio Innovare, um dos mais conceituados da Justiça brasileira e que acontece há mais de dez anos, escolheu, em 2013, 18 trabalhos para a premiação principal e menções honrosas. O objetivo é identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo o Brasil, a partir da melhoria da qualidade da prestação jurisdicional e da modernização da Justiça brasileira.

José Elí da Veiga: Especulação imobiliária rural e a nova lei florestal – Site do MST. 29/11/2013

O débil entendimento público mundial sobre o estratégico papel da biodiversidade, junto com a particular confusão cognitiva dominante na sociedade brasileira sobre a relação entre produção agroalimentar e propriedade fundiária, explicam em grande medida a trágica morte do Código Florestal (NCF).

É claro que o propósito de legitimar a recente ocupação devastadora do Centro-Oeste, da Pré-Amazônia e do oeste baiano é absolutamente racional para a minoria de grandes proprietários de terras nessas regiões. O problema é que ela só foi viabilizada porque eles conquistaram o decisivo apoio da esmagadora maioria dos produtores agrícolas, que, ironicamente, reproduziram a cegueira estratégica de seus nobres antecessores. Vantagens de curto prazo no mercado imobiliário rural os incitaram a aniquilar grandes oportunidades de êxito para as próximas gerações de empreendedores agrícolas.

Muito pior: o conjunto do mundo empresarial foi incapaz de perceber que essa vitória de imediatistas interesses patrimoniais contra a serena prudência ecológica, exigida pelos mais legítimos interesses produtivos, conseguiu amputar grande parte das vantagens competitivas que a economia brasileira poderia obter na segunda metade deste século.

Como o empresariado brasileiro pode ser tudo menos tacaño, a explicação talvez esteja em possível “rabo preso” com os interesses da propriedade imobiliária rural. Mas esta é tão somente uma verossímil hipótese, que precisa ser investigada pelo trabalho analítico coletivo que certamente será promovido pelo Observatório.

Falácia

Também precisa ser estudado o papel da elite burocrática que tanto contribuiu aos grandes sucessos de 18 anos de governos de coalizões conduzidas por tucanos e lulistas, mas que levou a nossa querida presidenta Dilma a manchar sua heroica trajetória de dedicação aos interesses dos brasileiros menos favorecidos ao assumir um dos mais graves retrocessos da história da República.

O encantamento do governo e de uma grande fatia de sua base parlamentar pela tese que recebeu o apelido de “escadinha” ignora a imensa disparidade que existe entre os estratos de tamanho de estabelecimentos produtivos e aqueles da categoria que foi a preferida pela lei: os imóveis rurais. Com isso, saiu pela culatra a louvável intenção de flexibilizar as regras de conservação das áreas de preservação permanente (APP) em favor dos pequenos e médios produtores, pois não faz parte do setor produtivo a maior parte da área dos pequenos e médios imóveis rurais. Erro crasso que muito inchará a bolha do mercado imobiliário rural. Pior: induzindo brutal redução da fertilidade desses solos, em decorrência da agora legalíssima aceleração da perda de biodiversidade.

Esses são apenas dois exemplos das indagações que merecem intensa reflexão do campo da sustentabilidade. Sem entender melhor as razões de tremendo contrassenso histórico, será impossível evitar mais atentados similares à ampliação das oportunidades de desenvolvimento sustentável para as próximas gerações.

O código e o preço dos alimentos

Em meados de 2012 era obrigatório se perguntar qual poderia ser o limite de desfaçatez dos que estavam sonhando com uma lei que legitimasse os desmatamentos criminosos dos 13 anos anteriores e ainda tornasse desprotegidas as áreas úmidas, os manguezais, as margens dos rios, as encostas e os topos de morro. Pois estavam se valendo de reles blefe para chantagear a presidenta Dilma: aumento dos preços alimentares decorrente de diminuição da área cultivada, caso não fosse sancionado o projeto da Câmara que visava revogar o Código Florestal. Essa era a síntese da ameaça publicada na Folha de S.Paulo de 12 de maio de 2012 pela presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, do Partido Social Democrático (PSD)/TO, que agora entrou no PMDB por decisão da cúpula contra as bases estaduais.

Bazófia cabalmente desmentida pelas projeções do próprio agronegócio: o Outlook Brasil 2022 (2012), feito em parceria do Departamento de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Deagro/Fiesp) com o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône).

Até 2022, a produção de grãos terá crescido quase 30%, com aumento da área plantada de quase 16%. Isso significa que será necessário acrescentar uns 6,2 milhões de ha aos atuais 39,2 milhões, para que nos próximos dez anos a produção de grãos seja 30% maior que a atual.

Segundo a senadora, seria a obtenção desses 6,2 milhões de ha que impediria a observância de boas normas de conservação. Como se por aqui houvesse um impasse

que obrigaria a Nação a sacrificar seu meio ambiente em razão da incontornável necessidade de produzir comida barata.

Falando sério: qualquer vestibulando sabe que a expansão da agricultura se faz por incorporação de terras antes destinadas a pastagens. E esses 6,2 milhões de ha não chegam a 3% da imensa área coberta por capim, que já ultrapassa 211 milhões de ha.

Era intrigante que se recorresse a tão pífio estratagema para tentar defender o indefensável: o “maluco” projeto que havia sido aprovado na Câmara. O que mais interessava, contudo, era a real motivação da sanha da CNA contra as áreas de preservação permanente (APP), já que em nada dificultam a expansão agrícola.

Interesses especulativos

A ocupação territorial deste país vem sendo feita por um esquema de desmatamento, queimada e capim que atropela todas as precauções intrínsecas ao cuidado de se manter as APP. Se passasse o projeto da Câmara, essas terras teriam imediato salto de valorização patrimonial, apesar de todos os riscos de erosão dos solos e assoreamento de rios. Se, ao contrário, a sociedade brasileira exigisse a reversão de tão trágico malfeito, os valores desses domínios teriam de embutir os custos da indispensável recomposição da vegetação nativa em APP. Principalmente no Centro-Oeste e no Norte, mas também no oeste da Bahia e no sul do Maranhão e do Piauí.

Como esses grandes interesses especulativos são menos confessáveis, foi montada uma campanha política para tentar vender a ideia de que “o grande prejudicado” é quem se esforça para produzir “alimentos melhores e mais baratos”. E, como também não faltam exemplos de verdadeiros agricultores, que, por outras razões, enfrentam dificuldades com a legislação em vigor, foram eles que serviram de biombo para uma gigantesca operação no mercado imobiliário rural.

Mesmo que tenha percebido o quanto era ridícula a chantagem ensaiada por Kátia Abreu, foi em seu favor a decisão da presidenta Dilma. A medida provisória (MP) n. 571/2012 contribui para que a sancionada lei n. 12.651/2012 perdoasse violações de APP realizadas em “imóveis rurais” por atividades “agrossilvopastoris” implantadas até “22 de julho de 2008”.

Mesmo antes de discutir as implicações desses três destaques, é preciso que se esteja alerta para um fato ainda ocultado por tanta ingênua referência a um imaginário “Novo Código Florestal”.

O novo Código não é um código

Sejam quais forem as alterações que a lei n. 12.651/2012 pudesse sofrer no Congresso por força do verdadeiro tsunami de emendas aos 78 artigos da MP n. 571/2012, ela jamais poderia ser chamada de “código”, pois dispunha exclusivamente sobre a proteção de vegetação nativa que ainda existia ou se recompusesse em parte do território nacional cuja dimensão permanece ignorada: a que foi legitimamente apropriada pela iniciativa

privada.

Para que pudesse ser chamada de “código”, a nova lei também deveria dispor sobre as florestas que estão protegidas por unidades de conservação e por populações indígenas, assim como as que permanecem inteiramente desprotegidas por cobrirem terras que pertencem ao patrimônio público dos três entes federativos, mas que foram objeto de grilagem, prevaricação ou diversas formas de abandono igualmente escandalosas.

Será possível ignorar que a área total dos empreendimentos produtivos do chamado setor agrícola – fazendas, sítios e chácaras – pouco tem a ver com a área total dos imóveis rurais? Pelas estatísticas oficiais disponíveis, a área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas não chega a 40% dos 850 milhões de ha do território nacional, enquanto a área dos imóveis rurais estaria próxima dos 70%.

Ao optar pela categoria “imóvel rural” em vez de “estabelecimento agrícola”, a lei e a MP favoreceram os proprietários privados de terras de vocação exclusivamente especulativa, que nem sequer podem ser recenseadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por não abrigarem comprovada atividade produtiva. Essas terras, que poderiam atingir 30% do território nacional, estão evidentemente concentradas nos dois biomas de mais recente e predatória ocupação: cerrados e florestas amazônicas.

Com o intuito de premiar esse mesmo tipo de especulação fundiária, a lei considerou “consolidadas” todas as invasões de APP por atividades “agrossilvopastoris”. Expediente infelizmente confirmado pela MP. Ora, a preferência por esse amálgama, em vez da fundamental distinção entre os impactos ambientais de culturas permanentes, de cultivos temporários e de pastagens, equiparam os cuidados dos produtores agrícolas à irresponsabilidade dos que cobrem de capim margens de rios, encostas e topos de morro. Fazem como se os simulacros de pastagens dominantes no Centro-Oeste, no oeste baiano e no sul da Pré-Amazônia pudessem ter impactos idênticos aos dos parreirais e pomares do Sul, cafezais do Sudeste ou cacauais da Bahia.

O terceiro, mas não menos importante retrocesso da revogação do Código Florestal, refere-se à data demarcatória entre novas normas e o passivo ambiental. Foram ignorados os dez anos transcorridos entre a promulgação da Lei de Crimes Ambientais e o decreto de Lula que pretendeu colocá-la em prática. É o que fazem a lei e a MP ao usarem a vingativa e humilhante data de 22 de julho de 2008 como prazo limite da legalização dos malfeitos predatórios cometidos contra as APP.

Seria absolutamente justo perdoar desmatamentos ilegais realizados no período em que o próprio Governo Federal não apenas os promovia, mas até punia os migrantes que demorassem a fazê-los. Todavia, essa distorção deixou de ter qualquer justificativa atenuante desde 1999, com a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais. Não há como deixar de perguntar, então, quem serão os principais beneficiários desse indulto a prejuízos intencionais ao bem comum perpetrados nos dez anos anteriores a 22 de julho

de 2008. E, ao se tentar responder, pela terceira vez se chega ao mesmo agente: a especulação imobiliária dos ocupantes predatórios dos cerrados.

** José Elí da Veiga, professor titular da Universidade de São Paulo (FEA-USP)*

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa